

CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: o papel fundamental da arquitetura na promoção dos espaços para a qualidade de vida dos trabalhadores de separação de resíduos sólidos.

Maria Laura Almeida de Carvalho Silva (IC) e Debora Sanches (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

O artigo analisa o centro de triagem de materiais recicláveis do Programa Reviravolta do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em São Paulo, e sua relação com a qualidade de vida dos trabalhadores, provenientes da situação de rua. De modo a abordar o impacto de políticas públicas, desigualdade social e as condições adversas enfrentadas por essa população no contexto urbano de São Paulo. Ao analisar a arquitetura desses espaços, o estudo mostra como a arquitetura pode melhorar as condições de trabalho, saúde e bem-estar, promovendo reintegração social e econômica, com uma maior qualidade. Os centros de triagem de materiais recicláveis são apresentados como instrumentos cruciais na mitigação dos danos sociais, proporcionando ambientes que atendem às necessidades básicas de conforto e salubridade, fundamentais para a dignidade humana. Dessa forma, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes e integradas para garantir acesso a direitos básicos e melhorar a qualidade de vida dessa população vulnerável. A pesquisa evidencia que uma boa arquitetura é essencial tanto para a produtividade quanto para a dignidade dos trabalhadores de separação de resíduos, confirmando que esses centros podem atuar como agentes de transformação social, ao mesmo tempo em que incentivam a sociedade a valorizar a reciclagem e a inclusão social.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Centro de Triagem; Políticas Públicas

ABSTRACT

The article analyzes the recyclable sorting centers of the Reviravolta Program, managed by the Gaspar Garcia Center for Human Rights, in São Paulo, and its relationship with the quality of life of workers coming from a homeless background. It addresses the impact of public policies, social inequality and the adverse conditions faced by this population in São Paulo's urban context. By analyzing the architecture of these Spaces, the study shows how architectural design can improve working conditions, health and well-being, promoting social and economic reintegration with higher quality. The recyclable sorting centers are presented as crucial instruments in mitigating social harm, providing environments that meet the basic needs of comfort and sanitation, which are fundamental to human dignity. In this way, it highlights the need for effective and integrated public policies to ensure access to basic rights and improve

the quality of life for this vulnerable population. The research demonstrates that good architecture is essential for both the productivity and dignity of waste separation Workers, confirming that these centers can act as agents of social transformation, while encouraging society to value recycling and social inclusion

Keywords: Homeless Population; Sorting Centers; Public Policies



1. INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida buscou compreender e analisar a população em situação de rua (PSR), seus problemas e reivindicações, em especial a importância dos centros de triagens de materiais recicláveis como fonte de renda, tal como a influência ambiental, espacial e social dessas, na capital paulistana. Nesse cenário, foi pesquisado o “Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos”, essencialmente o programa “Reviravolta”, devido à sua contribuição para a inserção social, organização pessoal e o acesso a políticas públicas de inclusão de pessoas que estão em situação de rua. Essa iniciação científica se conecta com o projeto de extensão “Revira: reciclando vidas” em desenvolvimento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Verifica-se que a desigualdade social e o contexto na história com a retomada da redemocratização do país, a partir do fim do regime militar em 1985, proporcionou um aumento da migração massiva dos trabalhadores do campo para a cidade, que tinham como objetivo abandonar as condições de extrema precariedade da zona rural, em função da falta de incentivos do Estado. Desta forma, a busca por melhores condições de vida nas grandes cidades ampliou o antagonismo, uma vez que as metrópoles não possuíam uma infraestrutura capaz de acomodar essa nova população proveniente do êxodo rural, que junto com a falta de qualificação esperada pelo mercado de trabalho urbano para essa, resultou na criação de cidades antagônicas, com espaços urbanos variados, sobretudo a falta de moradia digna, de acordo com as condições dadas pela sociedade (KOHARA; COMARÚ, 2023).

Nesse prisma, em virtude da massa de desemprego nas grandes cidades brasileiras, do intenso processo de exclusão social e da insuficiência de políticas públicas habitacionais, a população passou a viver em uma constante pobreza extrema, portanto aqueles que não tinham como garantir uma renda para sobreviver, eram marginalizados e tinham as ruas como única possibilidade de moradia e a mendigagem como obtenção de renda. Situação relatada por Marx, desde a metade do século XIX no *Capital*, o ‘mendigo’ do início da modernidade era o resultado de dois processos: expropriação e legislação; uma vez que, os camponeses deixaram suas terras e migraram para as cidades na revolução industrial da Europa e, então foram emoldurados em leis que regulavam suas condutas no meio social. As leis estabeleciam quem podia mendigar, e quando, além da distinção entre o trabalhador e o vagabundo. Em síntese os *Lumens* (pessoa sem ocupação, marginal) não possuíam condições materiais para agirem como membros da classe trabalhadora.

A partir de estudos da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), no final da década de



1970, sobre a população em situação de rua, foram possíveis identificar a postura da sociedade e do Estado, com relação a população que mais enfrenta a desigualdade social, ao serem classificadas como “maloqueiras” e “indigentes”, fato que manifesta em políticas higienistas, ações repressivas e violentas, e desinteresse maquiadas de políticas assistencialistas (JUSTO, 2008). Diante disso, foram necessários a união e o desenvolvimento de uma nova identidade e percepção da população em situação de rua, que com a ajuda de ações não governamentais, conseguiram fortalecê-la e reivindicar políticas sociais efetivas de apoio e reinserção social. Desse modo entendesse que para produzir políticas públicas efetivas era preciso conhecer a PSR e suas reivindicações para que tais ações de aporofobias¹ deixassem de fazer parte da realidade paulista.

Nesse contexto, com Decreto Presidencial nº7.053/09 que formalizou Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), o Estado entende que a realidade da PSR é consequência do sistema social, político, econômico no país, e assegura o acesso a políticas sociais aos serviços e programas de qualificação profissional de modo à reinserção social (BRASIL, 2009).

Portanto, justifica-se o presente trabalho, pois o aumento de políticas higienistas, crises econômicas e políticas sociais ineficientes faz com que, em consequente, expanda a vulnerabilidade social de pessoas em situação de rua, que muitas vezes coletam e vendem resíduos sólidos (catadores) como fonte de renda e o processo de rualização² que, por sua vez, é discriminada e tão pouco estudada. O recorte temático para o estudo se deve à realidade da violência urbana sofrida por este grupo, a fim de relacionar os esforços desses como agentes ambientais ao contexto de desigualdade social e carência de espaços com qualidade arquitetônica. Dessa forma, verificou-se a necessidade de investigar para conferir o contexto interdisciplinar do tema, bem como produzir questionamentos de caráter integrador com questionamentos arquitetônicas e de assistência social, capazes de minimizarem os danos sofridos por essa população e, com isso, promover espaços de qualidades que busquem o bem-estar.

O objetivo da pesquisa se caracteriza, por analisar de modo qualitativo a arquitetura do centro de triagem do Programa Reviravolta, avaliando o atendimento às necessidades básicas de seus usuários e exame a critérios de salubridade, conforto ambiental e condições

¹ Termo utilizado pela filósofa espanhola Adela Cortina na década de 1990, que descreve medo, repulsa, desprezo pela população em situação de rua em alta vulnerabilidade social. (CORTINA, 1990)

² “processo de rualização, parte de uma concepção oposta de achar que os sujeitos “são da rua”, desta forma o entende como um processo social que se configura a partir de múltiplos condicionantes, e num espaço de tempo.” (ABREU, SALVADORI, 2015)



adequadas de trabalho, bem como investigar a população em situação de rua, e as violências de caráter político, social e econômicas, sofridas por esta.

Diante exposto, observa-se que existe uma irregularidade entre as políticas sociais, que ajudem na reinserção da PSR, e a realidade, uma vez que essas quando aplicadas violam os direitos de seus usuários por um espaço de pertencimento que respeitem a individualidade e o bem-estar deles, agravando o impacto na escala de saúde, física e mental de seus contribuintes. Além disso, a notória situação de vulnerabilidade social e preconceitos existentes para aquela população tanto socialmente quando fisicamente no espaço trabalhista de reinserção social, que somado com a falta de qualidade arquitetônica desses espaços, contribuem para o agravamento de impactos na saúde, no físico e na mente de seus funcionários. Outrossim, tal qualidade deve envolver tantos aspectos quantitativos e qualitativo, que vão além das técnicas e materiais construtivos, mas sim das sensações e bem-estar produzidas por aqueles.

Diante disso, a pesquisa buscou responder à seguinte questão: Como o planejamento arquitetônico do programa Reviravolta nas atividades de separação, preparo e venda de materiais recicláveis contribuem para o aprimoramento e inserção social e econômica dos seus participantes, bem como o bem-estar desses?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No final da década de 70, na cidade de São Paulo, a Organização de Auxílio Fraternal (OAF) passou a produzir um estudo com a população em situação de rua (PSR) no ponto de vista da educação popular, o que expôs as nomenclaturas mais comuns a elas atribuídas, como “mendigo”, “indigentes” e “maloqueiros”, em resumo, uma forma de sujeira social. No entanto, a PSR não se enxergava como tais nomenclaturas, uma vez que essas marcadas pelo preconceito e estigmas, as colocavam como pessoas que já haviam perdido a dignidade humana, desestruturadas e andarilhos. Tais expressões da sociedade eram um genuíno reflexo da postura do Estado em relação à população de situação de rua, que se manifestava de políticas higienistas, ações repressivas e desinteresse maquiadas de políticas assistencialistas (JUSTO, 2008).

Diante disso, nos anos seguintes e principalmente após a nova Constituição Federal no ano de 1988, o Estado sofre um impulso para a produção de políticas sociais, uma vez que compreende que a realidade da PSR é consequência do sistema social, político, econômico do País. Desse modo, entendesse que para produzirem políticas públicas efetivas era preciso conhecer a população em situação de rua, alternando-se de trabalho para os pobres, para um trabalho com os pobres, que por consequência passam a migrar de um assistencialismo



caricatural para políticas de assistência social. Contudo, grande parte da sociedade ainda enxergava a PSR como incapazes ou coitados, sendo inapto a se tornarem sujeitos políticos, procurando evitar a presença deles com a construção de prédios sem marquises, estacas de ferro ao redor da fachada, lojistas jogando óleo queimado na calçada; outro exemplo proporcionado pelo Estado foi a operação 'antimendigo' da prefeitura de São Paulo, a denominada "arquitetura hostil" com o conceito de aporofobia que o Padre Júlio Lancelote tanto luta contra, como exemplo o cercamento da praça da Sé (JUSTO, 2008).

A pesquisa "Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis – um enfoque socioambiental" de JUSTO (2008) relata como se formalizou a relação da sociedade com a PSR no decorrer dos anos, buscando a partir dessa compreender quais eram as melhores alternativas de reinserção social da população em situação de rua, constata-se o entendimento da problemática da violência física e verbal sofrida pela PSR, além da análise dos dados das primeiras pesquisas em relação a população em situação de rua.

Com a união e o desenvolvimento de uma nova identidade da PSR, fortaleceu experiências de inserção no território em que se realizavam os trabalhos informais (construção civil, transportadoras de carga e reciclagem de materiais reaproveitáveis) e de dormida, o que acabou por se formar uma comunidade. Deste modo, várias ações não governamentais na cidade de São Paulo, começaram a se estruturar junto com a população em situação de rua, entre elas estão: A Casa de Oração do Povo da Rua (OAF), criada em 1997, como o objetivo de ser um espaço para que as pessoas pudessem manifestar a sua fé e compartilhar experiências; A Missão do Povo da Rua, constituída em 1979, funcionava como um grande encontro da PSR, no qual protestavam sobre as violências sofridas e reivindicavam o direito da vida; Grupo de Teatro do Povo da Rua 'Boca do Povo', no qual a própria população e simpatizantes da área artística representavam a sua realidade e expunha para outros setores da sociedade. Posto isso, "As ações da OAF sustentavam-se na perspectiva de que uma sociedade somente é justa, solidária e democrática se os mais pobres tiverem oportunidades de inclusão social e de desenvolvimento de suas potencialidades" (KOHARA; COMARÚ, 2023, P.42).

A Secretária Municipal da Família do Bem-Estar Social, em 1991, efetuou a primeira pesquisa sobre a população em situação de rua na cidade de São Paulo, caracterizando 3.392 pessoas em 329 pontos nos bairros ao centro da cidade, no qual apresentou uma predominância de homens (90%), com menos de 40 anos (65%), localizados dos distritos da Liberdade, Bela Vista e Sé (70%); logo foi possível compreender melhor a dimensão dessa população, suas características e necessidades, produzindo assim políticas públicas mais



eficientes (VIERA et al.,1994, p.71). Entretanto, apenas em 1997, foi aprovada a lei nº12.316/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público municipal prestar atendimento à PRS na cidade de São Paulo, tendo sido regulamentada, em janeiro de 2001, pelo decreto nº40.232/01, mas as políticas só começaram a apresentar uma multiplicação após os anos 2000, devido à instalação da pauta no governo federal.

Ademais, o engajamento do governo federal entre os períodos 2004 a 2015 reconheceram a PSR como demanda de políticas públicas, possibilitou entre 2007 e 2008 a primeira pesquisa nacional sobre a PSR, que caracterizou 50 mil pessoas em situação de rua em 71 municípios com mais de 300.000 habitantes (JUSTOS, 2008). Diante dessa pesquisa, dezembro de 2009, o Decreto Presidencial nº7.053/09 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-RUA), no qual houve a regulamentação para assegurar o acesso dessa população às políticas sociais, aos serviços e aos programas, e disponibilizar programas de qualificação profissional, colegiado este que envolveu ações integradas de nove ministérios: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça, Saúde, Educação, Cidades, Trabalho e Emprego, Esportes e Cultura. Tal fato demonstra a integração necessária para a realização de políticas públicas realmente efetivas. (BRASIL, 2009)

Em 2020, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprova a Resolução nº40, que “Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua.”, o que proveu questionamentos sobre a real necessidade de uma nova normativa, ao invés de fortalecer a Política Nacional já existente, além dos impactos que essa nova regulamentação pode apresentar sobre os sistemas já existentes. Outrossim, no mesmo ano o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estimou certa de 222 mil pessoas vivendo em situação de rua no Brasil, fato que se mostrou preocupante devido à crise econômica acentuada na pandemia, as dificuldades de acesso à higiene e mantimentos, que junto com a superlotação de abrigos, se mostrou insuficiente e destacou-se a urgência por alternativas que ampliem o acolhimento e o acesso às políticas sociais efetivas.

O enfrentamento à pandemia exigiu dos governantes das esferas municipal, estadual e federal a tomada de uma série de medidas sanitárias para conter a disseminação do vírus; porém, o que o País presenciou em relação à condução da pandemia foi um verdadeiro circo político: uma série de ações descoordenadas, difusas e desencontradas, discursos em disputa, desinformação, ou seja, um caos generalizado (SANTOS; SARRETA, 2022,p.376).

Constata-se a crise sanitária, econômicas e políticas durante a pandemia, que aprofundaram a desigualdade social e o processo de rualização, conforme SANTOS e



SARRETA (2022) que investiga a realidade da PSR nos tempos da Pandemia de Covid-19, e o desacato do Estado em relação a população mais vulnerável.

Por outra perspectiva, resgata-se a ótica da economia solidária, a luta e a formação do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil (MNCR) com suas dinâmicas de organização do movimento e as suas causas e reivindicações a partir de SCHERER-WARREN e LÜCHMANN (2011) e SILVA (2017). O catador de materiais recicláveis é retratado como aquele que coleta, diferencia, aparta, comprime e comercializa os resíduos sólidos, de modo a operar e estimular as atividades da coleta seletiva e triagem, contribuindo significativamente na cadeia produtora da reciclagem. Nas cidades brasileiras, a presença de catadores existe há mais de cinco décadas no país, no qual se diferenciam entre eles aqueles que estão em situação de rua e aqueles que são ex-moradores em situação de rua, que buscaram por meio da catação uma forma de sobrevivência e reinserção social, sendo essa de forma autônoma ou por meio de sistema de centros de triagem de reciclagem.

Nesse contexto, nota-se que o Brasil apresenta índices favoráveis a catação de recicláveis – sendo o líder mundial na reciclagem de latas de alumínio - mesmo essa não apresentando uma regulamentação efetiva. As principais personas sociais envolvidas no processo são: os catadores; as organizações de apoio e suporte a eles; a indústria de coleta e deposição de resíduos; e o Estado, com a regulamentação de políticas públicas que atinge tanto o próprio setor de reciclagem quanto os catadores.

A estruturação do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) se constitui a partir da década de 1980, na qual foram formadas as primeiras iniciativas de organização que futuramente irão virar as associações, cooperativas e programas sociais, com as reuniões periódicas no Centro Comunitário dos Sofredores de Rua, no bairro do Glicério; e já em 1985, foi criada a Associação dos Catadores de Papel, instaurada em uma casa aluga, no Glicério, aonde existia maquinário que facilitava o processo da reciclagem. No decorrer do mesmo ano, os catadores se organizaram pela Comunidade dos Sofredores de Rua e marcharam pelas principais ruas da cidade, devido a um conflito político com a administração da cidade de São Paulo que proibiu a circulação de carroças no centro da cidade, se tornando essa uma das principais ações do movimento antes mesmo da sua formação.

Diante disso, em 1989, foi criada a primeira cooperativa de catadores de reciclagem do Brasil, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais reaproveitáveis (COOPAMARE), com apenas vinte catadores oriundos dos projetos de apoio aos moradores de rua oferecido pela Organização de Auxílio Fraternal (OAF). Enquanto no



ano seguinte, implementou-se uma Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis (ASMARE) em Minas Gerais, aonde posteriormente foi instalada o projeto de Coleta Seletiva de Belo Horizonte, tal perspectiva de produção de renda e organização do trabalho desses profissionais impulsionaram a ampliação e articulação do sistema de cooperativas, associações e projetos sociais relacionados a triagem em diversas cidades do Brasil. Deste modo, os catadores, que antes estavam inseridos em um modo de organização econômica informal, agora passam a se reunir em centros de triagem e a geração de renda no modelo cooperativista, o que se fundamentou como a base para a formação do MNCR em setembro de 1999, com o primeiro encontro já em 1991 em Brasília, no qual as pautas foram a organização interna do movimento, as demandas políticas públicas e a criação de um vocabulário específico (recursos simbólicos), “O encontro marcou a superação dos velhos preconceitos em torno do catador que, além do respeito por parte da sociedade, está conquistando força política e social” (MNCR, 2006, p.69).

Ademais, entre as principais conquistas do movimento está no Decreto Municipal nº28.649 de 5 de Abril de 1990, realizado em São Paulo em 1990, no qual “Reconhece o trabalho organizado dos catadores de papel, papelão e assemelhados no município de São Paulo, e dá outras providências”, e a aprovação da Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, responsável por organizar a forma com que o país lida com os resíduos e rejeitos com o constante aumento do consumo e do descarte, além da concretização de um plano de gestão municipal integrada de resíduos sólidos, com a inclusão dos catadores.

3. METODOLOGIA

A fim de compreender o espaço arquitetônico do programa Reviravolta que visa contribuir para a inserção social, organização da vida pessoal e acesso a políticas públicas de inclusão de pessoas que estão em situação de rua. Este trabalho realizou a pesquisa qualitativa com revisão teórica, revisão documental, de modo a analisar as características espaciais da instalação desse, e o impacto na escala de saúde física e mental de seus trabalhadores. Desse modo, foi possível identificar as causas e soluções, que podem alterar tal problemática vivida pelos trabalhadores do programa.

Nesse prisma, a pesquisa foi desenvolvida a partir de três eixos:

- a) Teórico: Movimento Nacional da População em Situação de Rua; Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGG), Política Nacional dos Resíduos Sólidos, com o objetivo de entender as principais leis e normas em relação aos catadores e a catção, além de seus efeitos e propósitos e a instituição da pesquisa.
- b) Estudos de caso: Análise do local de atuação do programa Reviravolta e, por meio de visitas técnicas e levantamento fotográfico, além de levantamento de dados



qualitativos e quantitativos, elaborados a partir das visitas ao local. Além de estabelecer e expandir estratégias de soluções arquitetônicas (como programa de necessidades, dimensionamentos físicos, conforto térmico e acústico e relação usuário-ambiente), que possibilitaram a avaliação qualitativa do espaço de triagem de recicláveis.

- c) Levantamento de dados quantitativos: Censo da População em Situação de Rua, além de levantamentos cartográficos da região paulista, a fim de analisar os dados, gráficos, tabelas, imagens, entre outros elementos, o que permitiu a avaliação quantitativa desses. Além de validar de modo quantitativo e qualitativo os questionamentos e problemáticas levantados ao longo dessa pesquisa.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Quem é? E onde está a População em situação de rua?

Dentre as dificuldades enfrentadas pela PSR e a aplicação de políticas públicas está o obstáculo de estudos quantitativos dessa população, uma vez que essa se manifesta como nômades, sendo a sua contagem incerta. O primeiro censo de moradores de rua da cidade de São Paulo se fundamentou em dois eixos:

conhecimento da dimensão, das características, das formas de sobrevivência e da trajetória da população de rua, entendida como a que sobrevive da rua, utilizando-a circunstancialmente ou de forma permanente como moradia; avaliação crítica de algumas formas de atendimento no âmbito das ações públicas e privadas, entendendo-as como ação intencional de instituições e grupos voltada especificamente para esta população (VIEIRA et al, 1994, p.14).

Conforme, o primeiro censo realizado pela Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social em 1991, existiam 3.392 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, sendo 90% do sexo masculino e aproximadamente 65% com menos de 40 anos, distribuídos principalmente entre os distritos da Liberdade, Bela Vista e Sé, uma vez que apresentam uma proximidade a locais para garantir a sobrevivência, como edifícios abandonados e a obtenção de alimentação gratuita promovida pelo governo (JUSTO,2008). Nas pesquisas seguintes foram relevadas que o número da PSR triplicou no período de treze anos em relação ao primeiro censo, conquistando a marca de 10.394 pessoas em 2003, sendo que no ano 2000 em São Paulo a taxa de pessoas em situação de rua era equivalente a 83 pessoas para cada 100 mil habitantes (JUSTO,2008). Contudo, tais dados ainda não formalizavam a realidade total da população em situação de rua, uma vez que se buscou pesquisar apenas pessoas que já passaram pelas instituições de albergues, casa de convivências e abrigos, revelando a emergência sobre políticas públicas mais efetivas.

Desse modo, nos anos seguintes, buscou-se aprofundar e formalizar pesquisas mais complexas, com o objetivo de promover políticas mais incisiva sob a população em situação de rua à medida que essa se mostrava cada vez mais heterogênea e continuava a se multiplicar. Diante disso, em 2009 foi aprovado o decreto nº7.053/09 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), na qual a formalizava como um grupo populacional heterogêneo que possuía em comum a pobreza extrema, que utilizava os logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, tornando-se permanentes ou temporárias, bem como as unidades de acolhimento para pernoite ou moradia provisória (BRASIL, 2009).

Nota-se que, com o desenvolvimento de pesquisas regularmente foi possível observar a influência de agentes sob a PSR, como o desemprego, a inflação e as epidemias, e a vulnerabilidade dessa ao acesso a necessidades de saúde, trabalho, condições de moradia, o que justificavam o seu aumento quantitativo e percentual a cada ano (SANTOS; SARRETA, 2022). A pandemia do Covid-19, ao longo dos anos 2020 a 2022, é o marco mais recente em relação ao agravamento da extrema vulnerabilidade social no país, no qual segundo dados do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais e o Censo de 2022, mostrou que o número de Pessoas em Situação de Rua no Brasil elevou em 38% no período de 2019 a 2022, e 13% somente em São Paulo no mesmo período, fato que teve como principal influencia as crises econômicas, com o aumento do desemprego e a alta da inflação, equivalente a 28,4% do motivo apontados pelos entrevistados, acarretando o aumento do processo de rualização; sociais, devido à carência e abandono de políticas públicas que auxiliam a população em situação de rua; e sanitárias, com o isolamento social, higiene pessoal e o uso de EPIs, praticas inviáveis para a PSR deixando-a vulnerável ao vírus e outras doenças que poderiam piorar o quadro.

Conforme as pesquisas realizadas pelo Cadastro Único, a população ainda enfrente os resquícios das crises pandêmicas, com o aumento de pessoas em situação de rua de 31.884 em 2021 para 54.812 em 2023 na cidade de São Paulo, comprovando que os principais motivos de ingressão as ruas são o desemprego com 38%, e perca de moradia com 23%, uma vez que as taxas de desemprego subiram cerca de 8% no primeiro trimestre de 2023, o que transformou 9,4 milhões de pessoas em desempregados. Além disso, os dados atuais do Cadastro Único revelam que a população ampliou a sua heterogeneidade com 86,9% homens, uma variação de idade predominantes de 20 a 59 anos, 3 cores expressas com 44,32% parda, 37,83% branca e 17,33% preta, o tempo de vivência nas ruas com 35,48%



em menos de 6 mês e 16,67% entre dois e cinco anos, e com 45,33% dormindo em albergues e 41,62% nos logradouros.

A longa permanência nas ruas, para uma parcela da população, deixa de ser temporária e se converte em uma realidade prolonga, transformando-se em uma característica permanente, fato causado pelas falhas sistêmicas nas políticas públicas, que estigmatizam essa população. Tal marginalização constante, acarreta uma série de problemas, impactando negativamente o bem-estar dessa população.

4.2 Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Programa Reviravolta

O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGG) é uma organização ecumênica, não governamental, sem fins lucrativos ou econômicos, dedicada à defesa e garantia dos direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, redução das desigualdades sociais e a desestimulação a pobreza extrema. Tal instituição se formou a partir de iniciativas de agentes das Pastorais Sociais da Região da Sé, e militantes populares que trabalhavam com os catadores de materiais recicláveis, a população em situação de rua e moradores de cortiços nas áreas centrais de São Paulo, com base nisso, em 1984, os grupos começaram a se articular para a criação de uma organização dedicada às lutas pelos direitos humanos, com o objetivo de arquitetar, consolidar e defender os diversos trabalhos pontuais já existentes, com base na educação popular, sendo em 1988 a constituição da iniciativa do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (COUTO, 2012).

O principal problema enfrentado, no início, pela instituição foi a negação da pobreza em sua dimensão sociopolítica pelos órgãos públicos da cidade de São Paulo, que analisavam apenas à periferia da cidade, devido à forte militância popular nas regiões. No entanto, os problemas sociais enfrentados pela população na região central da capital, eram decorrentes da estagnação econômica do país e da alta da porcentagem de desemprego, eram explícitos pelas péssimas condições de moradia e o abuso e violência praticados nos cortiços e nas ruas, o agravamento da vulnerabilidade social e o processo de rualização e a exploração de catadores de recicláveis pelo mercado da reciclagem. Diante disso, os desafios pautavam-se no assistencialismo caricativo e a carência de políticas públicas capazes de promover condições digna de moradia e trabalho (COUTO, 2012).

A vista disso, a instituição CGG se formalizou por meio do trabalho específico de defesa dos direitos humanos, culturais, econômicos, ambientais e de intervencionista em políticas públicas, de modo há consolidar os trabalhos já existentes no centro de São Paulo, com base na educação popular e na defesa dos direitos. O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, na atualidade, desenvolve quatro tipos de programas diferentes, programa Moradia

Digna, projeto Defendendo Direitos, Projeto Trabalhadores Ambulantes e programa Reviravolta, tendo esse último a Universidade Presbiteriana Mackenzie e o programa de extensão Revira: reciclando vidas, como parceiros para o desenvolvimento e continuidade do projeto.

O programa Reviravolta é um serviço de inclusão social e produtiva, que tem como objetivo contribuir para a inserção social, reestruturação da vida da população em situação de rua, garantindo o acesso às oportunidades de geração de renda, por meio da atividade de separação dos materiais recicláveis no modelo de cooperativa, no qual é realizado de modo coletivo visando a inclusão social e produtiva, sendo toda a renda obtida pela comercialização dos resíduos destinada aos próprios participantes. Ademais, o programa oferece oficinas de formação crítica que tem por objetivo estimular a convivência e as relações sociais solidárias e acompanhamento para a regularização de documentos, encaminhados, posteriormente, para os serviços públicos.

Nota-se que o programa opera em quatro etapas interligadas: assistência social, oficinas educacionais, Núcleo-escola de coleta seletiva e Cooperativa de Catadores de Materiais Reaproveitáveis da Região Central (Coopere-Centro). Inicialmente, os participantes são indicados pela assistência social, e em seguida, participam de oficinas para desenvolver a formação crítica de consciência ambiental, e integração com a proposta do programa, com os educadores, com o espaço da instituição e com os outros participantes. Caso houver interesse e postura em continuar no programa, esses são encaminhados ao Núcleo-escola, no qual são ensinados pelos participantes, já instalados no programa, o processo da triagem com o intuito de desenvolver um processo de rotina e o fortalecimento do desenvolvimento do trabalho coletivo e atividade rentável, onde aprendem a triagem de materiais recicláveis, fortalecendo o trabalho coletivo. Nas semanas seguintes, cerca de quinze pessoas iniciam a triagem, pesagem, prensagem e armazenamento dos materiais recicláveis recebidos de parceiros, para que a equipe gestora do programa comercialize os recicláveis, sendo a renda gerada dividida pela quantidade de atividade executadas pelos participantes. Por se tratar de um programa de experiência temporária caso desejem permanecer na atividade de triagem, esses são indicados e encaminhados para a Coopere-Centro, centro parceiro do CGG.

A sede do programa Reviravolta, local onde se organiza a parte administrativa e centro de triagem, está instalado em um galpão alugado no bairro da Luz, centro de São Paulo. Nota-se que a região vem desenvolvendo características antagônicas e de gentrificação, com as melhorias de infraestrutura e reurbanização da área, devido a concentração de importantes arquiteturas históricas e culturais, a Pinacoteca de São Paulo, Estação e Parque da Luz, essas por constituir um importante núcleo turístico e comercial, atraem e estimulam novos



investimentos impulsionando a especulação imobiliária, e a expulsão da população mais vulnerável, sendo essa obrigada a buscar moradias em regiões mais afastadas do centro ou a viver nas ruas do centro da cidade.

O conceito de NIMBY (not in my backyard, cuja tradução em português corresponde a "não no meu quintal") designa as práticas de estigmatização contra a população em situação de rua em sua dimensão espacial. Ou seja, à discriminação contra o corpo, a aparência física, a forma de se vestir e os comportamentos dessa população também se estendem aos espaços onde elas se localizam, inclusive os espaços onde estão implantados os serviços de atenção a essa população (BRASIL, 2009,p.140).

Dessa forma, a região da central da cidade promove um aglomeramento de pessoas vivendo na rua, provenientes do processo de gentrificação e realização de diversas regiões da capital, em virtude da concentração de equipamentos sociais de atendimento a essa, como a centros de acolhidas, a Casa de Oração do Povo de Ruas com projetos de geração de renda e reinserção social, o SEFRAS (Serviço Franciscano De Ação Social) organização que distribui alimentos para o combate à fome, e o Reviravolta com serviço de inclusão social e reestruturação da vida, por meio da reciclagem.

Já na região administrada pela Subprefeitura da Sé, o aumento em números absolutos foi de 973 pessoas. Os motivos de a população de rua se concentrar em sua maioria nos bairros ao redor da área central permanecem inalterados, ou seja, estão relacionados a fatores como mobilidade, trabalho e facilidade de alimentação (SMADS, 2022).

4.3 Análise arquitetônica

A arquitetura como promotora social, forma-se por meio de condensadores sociais³, no qual são representados pelos arquitetos e urbanistas que propõem espaços que buscam projetar ambientes nos quais as interações sociais ocorram em um espaço diversificado e inclusivo, de modo a acomodar várias atividades e diferentes classes sociais. Nota-se que a maioria das atividades humanas requer um edifício projetado exclusivamente para ela, de modo que o edifício acomode uma atividade, sendo responsável por seu pleno desenvolvimento. Diante disso, a construção deve impactar positivamente as relações e necessidades humanas presentes naquele local específico (VANSETTO; GHISI, 2019). De acordo com o papel dos condensadores na arquitetura como promotora social os autores apontam:

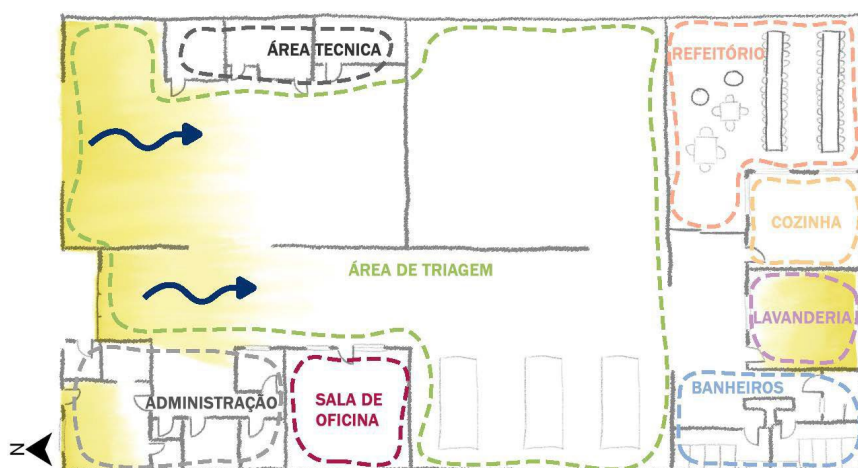
Arquitetura é humanização, é qualidade de vida, é criar ambientes voltados ao homem e para o homem, independentemente do local. A arquitetura, como parte integrante da construção civil, pode e deve investir em ambientes também voltados a questão ambiental (VANSETTO; GHISI, 2019, p.12).

³ "Condensador social" é uma expressão cunhada por Ginzburg (1924) em seu entendimento de uma arquitetura como instrumento social.

Diante do pressuposto, de que a arquitetura como condensadora social mobiliza a construção de ambientes capazes de assegurar qualidade de vida aos seus usuários, tal qual disseminar mensagens a todos que por ali passam. Desse modo, as edificações que abrigam os centros de triagem e reciclagem de resíduos sólidos se apresentam como um dos principais agentes para a operação e desempenho do que solicita a PNRS, já que todas as atividades são realizadas dentro delas. Logo, o bem-estar dos trabalhadores com a edificação necessita ser analisada como fator fundamental para a sua construção, além de garantir que ela atraia os olhares da população, de modo a incentivar a sociedade a participarem e valorizarem a indústria da reciclagem.

O programa Reviravolta, localizado na Rua Vinte e Cinco de Janeiro, 279, apresenta uma construção voltado para a porção norte do lote, promovendo iluminação durante todo o dia, além disso o programa de áreas se distribui por um espaço de 1.228,60m² que ocupa todo o lote, a maior porção de área tem por finalidade a triagem resíduos sólidos, enquanto o restante do programa é distribuído nas zonas oeste e sul do galpão, como as salas admirativas; uma sala onde são realizados as oficinas e encontros com capacidade de 25 pessoas; os vestiários, uma lavanderia pouco utilizada; uma cozinha que foi ampliada recentemente, onde são fornecidas alimentação durante o expediente de trabalho; e um refeitório com capacidade máxima de 40 pessoas. Nota-se que o galpão possui apenas aberturas na entrada da construção e uma pequena janela dentro da lavanderia, o telhado, por sua vez muito antigo, possui exaustores de telhado, cujo a sua única função é a renovação de ar, e algumas telhas transparentes que auxiliam a iluminação das áreas longe da fachada principal.

Figura 1 Croqui das problemáticas do programa Reviravolta



Fonte: autor (2024)

Com base nas visitas técnicas, levantamento fotográfico, e análise de desenhos técnicos, provenientes das atividades do grupo de extensão Revira: reciclando vidas, foi possível levantar dados quantitativos e qualitativos, em relação ao programa de necessidades, conforto térmico e acústico, dimensionamentos físicos, e relação usuário-



ambiente, de modo a avaliar a qualidade do espaço de triagem de recicláveis do programa Reviravolta do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Os primeiros pontos levantados foram em relação ao conforto térmico e acústico do local: ao chegar no centro de triagem de recicláveis e ficar poucas horas no local, já é notório o calor produzido no galpão, que devido à sua localização voltada para o norte, a presença de poucas aberturas e um telhado com algumas telhas transparentes, esse acaba por produzir um calor excessivo, por consequência da ausência de ventilação cruzada, o que impede a circulação ideal do ar, sendo necessário, nos dias de verão, pausas para o descanso dos trabalhadores. Além disso, a dependência da iluminação natural foi um outro ponto analisado, uma vez que em dias nublados e chuvosos a baixa iluminação agrava na qualidade do trabalho, que além de ser desconfortável, essa dificulta na distinção dos tipos de materiais a serem separados e pode agravar a acidentes. Com relação ao conforto acústico, os problemas são menos triviais, devido ao fato de que o desconforto ocorre, em virtude do telhado de fibrocimento exposto, que nos períodos chuvosos promove um excesso de barulhos, que juntamente com os sons estridentes gerados pelas máquinas de compactação, proporcionam um desconforto e possíveis dores de cabeça e dores de ouvido, sendo necessário a utilização de aparelhos que abafe o som ambiente.

Outros parâmetros analisados são, em relação, a ergonomia dos espaços, nota-se que por se tratar de um galpão antigo, o piso apresenta diversas irregularidades que dificultam, tanto a circulação dos carrinhos com as “bags” – bolsa onde são depositados os materiais já separados –, o que pode acarretar acidentes trabalhistas, quanto a visualização caso algum material caia nele e a dificuldade para a sua limpeza. Além disso, entre as condições físicas impostas pelo trabalho nas mesas - lugar onde são separados os resíduos -, estão o cansaço proveniente do excesso de horas trabalhadas em pé, dores nas costas e nos braços, causadas pelos repetitivos movimentos no processo de distribuir os materiais em seus respectivos depositórios. O design das mesas onde são realizadas as separações também dificultam na produtividade da triagem, uma vez que essa não apresenta uma proteção que evite a queda dos materiais enquanto estão sendo distribuídos pelas “bags”, sendo necessária a repetição do processo de um mesmo lote de resíduos, para o se conclua o trabalho.

Com relação ao programa de necessidades, a instituição apresenta uma distribuição e dimensionamento que precisa ser aperfeiçoada, uma vez que o tamanho dos vestiários não condiz com a quantidade de pessoas que o utilizam diariamente, enquanto a área da lavanderia, utilizada apenas para lavar panos e eventualmente algumas roupas, partilha de uma porção maior do que a dos banheiros. Outro ponto analisado foi a falta de ambientes de descanso e convivência, áreas importantes devido ao levantamento de pesos e o excesso de



horas trabalhas em pé, fato que modifica o bem-estar e as relações entre as pessoas que trabalham no programa Reviravolta. Em contrapartida, o espaço da instituição, diferente dos outros centros de triagem de materiais recicláveis, apresenta tanto ambientes de uso educacional quanto ambientes destinados a alimentação no mesmo complexo onde são realizadas as triagens, favorecendo os trabalhadores já que não precisam se deslocar para se alimentar e praticar as atividades de cunho educativo.

Além disso, o próprio trabalho de manuseio de resíduos já apresenta incômodos e riscos aos profissionais, como ardência nos olhos, provocada pela poeira do lixo, náuseas geradas por materiais contaminados, contato com resíduos perigosos e exposição às doenças, que junto com a falta de espaços projetados adequadamente, auxiliam no agravamento dos problemas, de saúde, físicos e mentais daqueles que exercem a profissão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário social atual no Brasil, é imprescindível a urgente necessidade da preocupação em relação à garantia dos direitos das pessoas em situação de rua. Conforme apresentado neste estudo, a violação dos direitos sofrida por parte desses grupos é frequente e variada, de modo a omitir as necessidades básicas como saúde, emprego e moradia, com políticas sociais ineficientes ou de caráter caricatural maquiada de boa ação, expandindo dessa forma a vulnerabilidade social e o processo de rualização, fato que ficou ainda mais evidente durante e após os anos da pandemia do Covid-19. Além disso, nota-se o descaso por parte do Estado em produzir políticas públicas para a reintegração da PSR à sociedade, portanto, cabe destacar, a relevância da criação e o mantimento de centros de triagem de materiais recicláveis que visem a inclusão social da PSR e dos catadores como princípio básico para o incentivo ao bem-estar desses, como o importante Programa Reviravolta.

Procurou-se nesta pesquisa refletir sobre a inclusão e o bem-estar da PSR, por meio de uma arquitetura de condensadores sociais, que visam questões sociais, ambientais e principalmente a qualidade de vida dos trabalhadores. Tal fato é estritamente relevante considerando que para a população, estabelecimentos como as centrais de triagem muitas vezes não recebem o apoio dos órgãos públicos, muito menos um projeto arquitetônico capaz de cumprir as suas exigências. Desse modo, fez-se necessário analisar estes espaços para auxiliar a melhoria em relação ao conforto térmico, ergonomia e salubridade, conciliando a atividade com a reinserção social, no qual comprova que uma boa arquitetura auxilia tanto na produtividade da atividade, quanto na qualidade de vida de quem a pratica, além da eficácia dos centros de triagem como uma alternativa para promover trabalho, renda e diminuir a exclusão social, para uma parte da sociedade que enfrenta dificuldades em se reintegrar ao mercado de trabalho informal, bem como ter espaços em que se sinta valorizado, e consiga

reascender “suas capacidades e ser respeitado como ser humano dotado de potencialidades, objetivos e sonhos” (Gaspar Garcia, 2024).

Nota-se que a metodologia aplicada foi de grande importância para a compreensão e desenvolvimento do projeto, uma vez que proporcionou o contato com o Programa Reviravolta, os funcionários, a arquitetura da instituição e as formas como essa se refletiam sobre a qualidade de vida e bem-estar dos operantes. A arquitetura, no senso comum, muitas vezes é vista como algo sofisticado que pertence apenas para a população mais rica, contudo, ela por sua essência se dá pela humanização e qualidade de vida, projetando espaços pensados para as pessoas. Desse modo, os centros de triagem de materiais recicláveis são soluções reais de como pode-se unir arquitetura, inclusão social, meio ambiente e qualidade de vida, com base nos princípios da PNSR e na humanização dos espaços, sendo viável projetar centrais de triagem de modo a valorizarem o trabalho da catação, além disso, tais iniciativas incentivam a sociedade a ajudar na manutenção desses espaços e a reciclagem dos resíduos sólidos.

Em suma, baseados nos resultados da presente pesquisa, observa-se que o objetivo proposto foi obtido, e que o mesmo é capaz de se utilizado em prol da melhoria nas condições de trabalho e vida dos catadores de materiais recicláveis, proporcionando, diminuir os danos a ela causados. Desse modo, o presente trabalho busca incentivar pesquisas sobre a população em situação de rua, com o viés da reinserção social por meio da triagem dos materiais recicláveis, apoiando-se em fundamentos arquitetônicos.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Deidvid; SALVADORI, Lizandra Vaz. **Pessoas em situação de rua, exclusão social e rualização: reflexões para o serviço social**. Seminário nacional de serviço social, trabalho e política social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis- - SC. 27 a 29 de Outubro de 201532

BRASIL. **Decreto nº 7.053 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras Providências. Diário Oficial da União, 24 de dez, 2009. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 7 de out, 2023

_____. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacionais de Resíduos Sólidos, altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/emissoes-e-residuos/residuos/politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs>. Acessado dia 22 de março de 2023

_____. **Resolução nº 40, 13 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de



acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, seção 1, pág. 144, 5 de out, 2020

_____. **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal.** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Brasília, agosto de 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência social, 2009.

BRASIL. Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social. **Cadastro Único: um cadastro, vários programas sociais. Governo de São Paulo.** Disponível em: <https://bit.ly/46XoZLG>. Acesso em 14 de nov 2023

BRASIL. (2022). São Paulo. **Auxílio Brasil e Cadastro Único no seu Município.** Brasília: Ministério da Cidadania.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Censo antecipado pela Prefeitura de São Paulo revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos, São Paulo, 23 de jan de 2022.** Disponível em: <https://bit.ly/3YXXY8V>. Acesso em: 15 de set de 2023

CORTINA, A. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia.** Livro, São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

COUTO, Gabriel. **Aprendizagem social e formação humana no trabalho cooperativo de catadores(as) em São Paulo.** Texto para mestrado. São Paulo. Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012

DIAS, André; MIGLIARI, Wellington. **O que o CadÚnico pode nos dizer sobre o fenômeno da população em situação de rua no Município de São Paulo.** Livro digital, Observatório Brasileiro de Políticas Públicas coma população em situação de rua. Universidade federal de Minas Gerais – Belo Horizonte: Marginália Editora, 2022, p. 107

GASPAR GARCIA. **Institucional: quem somos, missão, histórico e quem foi Gaspar Garcia. São Paulo.** Disponível em: <https://gaspargarcia.org.br/institucional/>. Acesso em 15 nov 2023

GINZBURG, M. (1924). **Stil' i epokha.** Moscou: S/R Editora

JUSTO, M.G. **Vidas nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis – um enfoque social-ambiental.** interfaseHS, São Paulo, v.3, n.1, p.1-27,2008

KOHARA, Luiz; COMARÚ, Francisco. **A moradia é a base estruturante para a vida e a inclusão social da população em situação de rua.** Curitiba: CRV, 2023

LUDER, Amanda; PRADO, Gabriel. **Números de moradores em situação de rua.** G1, São Paulo, 13 out 2022. Disponível em: <https://abrir.link/yceIT>. Acesso: 21 set 2023

MARX, Karl. **O capital**, v.I e II. (Col. Os economistas). São Paulo: Abril Cultural,1985.

MNCR: Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável. **Análise do custo dos postos de trabalhos para o segmento dos catadores.** Notícias, boletim eletrônico, 21 jun.



2006. Disponível em: <http://www.movimentodoscataadores.org.br/noticias_integra.aspx?noticia=196> Acesso em: 23 março. 2023

NUNES, Rodrigo dos Santos. **Processo de Rualização como expressão da questão social em Gravataí: a interface da Política de Assistência Social no Herbert de Souza**. TCC Serviço Social. ULBRA: Gravataí, 2010.

PRATES, Jane Cruz. **A vigilância socioassistencial e sua relação com o planejamento, a gestão da informação e a pesquisa**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. UFMA. São Luís, 22a25/ago./ 2017.

SANTOS, Elaine; SARRETA, Fernanda; **População em situação de rua na pandemia: desdobramentos da crise do capital**. Artigo científico. SER social pandemia de covid-19 e políticas sociais. Brasília (DF), 2022

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 12.316, 16 de abril de 1997**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo. Diário Oficial da Cidade, p.44, 24 de abr 1997. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12316-de-16-de-abril-de-1997/>. Acesso em: 6 de out, 2023

_____. **Decreto nº 40.232, 2 de janeiro de 2001**. Regulamenta a Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade, p. 1, 3 de jan 2001. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-40232-de-2-de-janeiro-de-2001> . Acesso em: 6 de out, 2023

_____. **Decreto nº 28.649, 5 de abril de 1990**. Reconhece o trabalho organizado dos catadores de papel, papelão e assemelhados no município de São Paulo, e das outras providências. Disponível em: <https://abrir.link/iJGGC> . Acesso em 10 de out, 2023

SCHERER-WARREN, I. (Org.); LUCHMANN, L.H.H. (Org.). **Movimentos sociais e participação: abordagem e experimentação no Brasil e na América latina**. In: Livro editora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) p 60-94, 2011

SILVA, S. P. **A organização coletiva de catadores de material reciclado no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Texto para discussão In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, RJ, 2017

SILVA, Tatiana; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina. **População em situação de rua tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Livraria Ipea, 2020

VANSETTO, C. C.; GHISI, T. **"Resíduos sólidos e cooperativas de reciclagem: a Arquitetura como promotora social e ambiental"**. Labor e engenho, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2019. Disponível:< <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8657063>>; acesso em 23 de março de 2023.

VIEIRA, M. Antonieta C. et al. (Org.) **População de rua, quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1994